



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 52.968.821/0001-22
Sede: Cidade de Deus s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - SP



Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2011, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 339.437 milhões, correspondente a R\$ 1.057,44 por lote de mil cotas. Patrimônio Líquido de R\$ 960.704 milhões e Ativos Totais de R\$ 1.155 Bilhões.

Agredecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Casaco, SP, 14 de fevereiro de 2012.

Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Table with columns for 2011 and 2010, split into Circulante and Passivo sections.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil. Table showing Recitas da Intermediação Financeira, Resultado Bruto, Despesas Operacionais, e Lucro Líquido for 2011 and 2010.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil. Table showing Saldo em 30.6.2011, Saldo em 31.12.2011, and Saldo em 31.12.2010, detailing changes in capital and reserves.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil. Table showing Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, and Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos for 2011 and 2010.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil. Table showing Descrição, 2º Semestre, and Exercícios Findos em 31 de dezembro for 2011 and 2010.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil. and DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil. Tables for 2011 and 2010.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
1.1) Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), é uma instituição que tem por objetivo a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens móveis e imóveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consumidores próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da Organização Bradesco, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
2.1) As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, sociedades as suas normas e do Conselho Nacional de Arrendadores e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável. Incluem, entre outras, as seguintes informações: balanços consolidados com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização, e títulos mantidos até o vencimento, alíquotas de rendimento, alíquotas de juros e dividendos, quando aplicável. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos pelo seu valor justo estimado sob essas estimativas e premissas.
2.2) As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14 de fevereiro de 2012.
3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA
3.1) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição.
3.2) Aproximação do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.
3.3) Taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos cotistas, e a comissão sobre vendas de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão nos grupos.
3.4) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Administradora de Consórcios para gerenciamento de seu balanço de curto prazo.
3.5) Títulos e Valores Mobiliários - Classificação
Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização, e títulos mantidos até o vencimento, alíquotas de rendimento, alíquotas de juros e dividendos, quando aplicável. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço com base no método exponencial. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preço de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos e passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados com base em informações de operadores de mercado, metodologias de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administradora. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data de balanço.
3.6) Ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados os títulos e valores adicionados, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro-rata" dia)...

continuação



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 52.568.821/0001-22
Sede: Cidade de Deus s/nº - Prédio Marron - Vila Yara - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1) Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunaux, sempre que a perda for avaliada como provável;
2) Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo 'contingente' é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração.
3) Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 11b).

4) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS
- Aplicações Financeiras
São demonstradas pelo valor de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- Outros Créditos
Referem-se aos créditos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 321.000.000 (2010 - R\$ 261.000.000) totalmente integralizado, está dividido em 321.000.000 (2010 - 261.000.000) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.
b) Movimento do capital social
Em 31 de dezembro de 2010: 261.000.000
Em 31 de dezembro de 2011: 321.000.000

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contribuições de prestação de serviços, nos respectivos períodos correspondem aos valores de R\$ 553.895 mil (2010 - R\$ 433.325 mil) e referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

15) DESPESAS DE PESSOAL
Proventos
Encargos Sociais
Benefícios previdenciários
Participação dos empregados nos lucros.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Serviços técnicos especializados
Comunicações
Propaganda, promoções e publicidade
Contribuições filantrópicas
Processamentos de dados
Depreciações e amortizações
Viagens
Transportes
Material
Alugueis
Manutenção e conservação de bens
Outras

17) DESPESAS TRIBUTARIAS
Contribuição ao COFINS
Impostos sobre serviços - ISS
Contribuição ao PIS
Outras

18) TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) As transações com o controlador estão assim representadas:
Dividendos: Banco Bradesco S.A. (3.224) (135.000)
Alugueis: Banco Bradesco S.A. (254) (219)
Anualmente na Assembleia-geral da Administração

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL
Taxas recuperação despesas
Despesas com prestação de serviços
Outras

20) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS
Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 3.394.816 mil (2010 - R\$ 2.831.659 mil), estão compostas por (2010 - R\$ 128.018 mil) em operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, junto ao Banco Bradesco S.A., e R\$ 3.394.816 mil (2010 - R\$ 2.703.641 mil) em cotas de fundos referenciado DI.

21) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS
As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

22) TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) As transações com o controlador estão assim representadas:
Dividendos: Banco Bradesco S.A. (3.224) (135.000)
Alugueis: Banco Bradesco S.A. (254) (219)

23) MONITO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente
Despesas com indenização de receitas não tributáveis
Outros valores

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

25) IMPOSTOS CORRENTES
Imposto de renda e contribuição social devidos
Impostos diferidos
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias
Total dos impostos diferidos
Imposto de renda e contribuição social do exercício

26) ORIGEM DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
Saldo em 31.12.2010
Constituição
Realização
Saldo em 31.12.2011

27) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS
Provisão para contingências cívicas
Provisão para perda de investimento
Outros (1)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7)

28) DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS
Imposto de renda
Contribuição social
Total

29) VALORES A RESSARCIR A CONSORCIADOS OU ENCERRADOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

30) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

31) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

32) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

33) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

34) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

35) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

36) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

37) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

38) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

39) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

40) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

41) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

42) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

43) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

44) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

45) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

46) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

47) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

48) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

49) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

50) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

51) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

52) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

53) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS PASSIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

54) VALORES A RECEBER DE CONSORCIADOS ATIVOS
Provisão para pagamentos a efetuar
Processos judiciais em andamento
Provisão para riscos - cívicas (Nota 11b)
Outros valores

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Capital social, Movimento do capital social, Reservas de Lucros, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Reservas de Lucros, Reserva Legal, Reserva Estatutária, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Proventos, Encargos Sociais, Benefícios previdenciários, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Serviços técnicos especializados, Comunicações, Propaganda, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Contribuição ao COFINS, Impostos sobre serviços - ISS, Contribuição ao PIS, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Taxas recuperação despesas, Despesas com prestação de serviços, Outras, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Benefícios previdenciários dos grupos de consórcio, Encargos com imposto de renda e contribuição social, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Dividendos, Alugueis, Anualmente na Assembleia-geral da Administração, etc.



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22
Sede: Cidade de Deus s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os consórcios mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em prêmios de seguros e quebras de garantia;
- b) O Conselho Curador do FGTS editou a Resolução nº 616, de 15.12.2009, publicada no D.O.U. de 18.12.2009, e entrou em vigor a partir do dia 18.03.2010, estabelecendo critérios para utilização do saldo da conta vinculada do FGTS para amortização extraordinária, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações no âmbito do Sistema de Consórcio Imobiliário;
- c) Em 16 de julho de 2010, o Banco Central do Brasil publicou a Circular nº 3.501/10 que dispõe sobre o funcionamento de componente organizacional de custódia das administradoras de consórcios;
- d) **Gerenciamento de riscos**
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.
As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.
A Organização possui o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.
O Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco atua a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional;

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
• Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - produzirá efeito a partir de 1º de Janeiro de 2012); e
• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de Janeiro de 2012).
Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Fernando Antônio Tenório - Diretor
Nilton Pelegriño Nogueira - Diretor Superintendente
Cláudio Teixeira de Souza - Controlador - CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos do consórcio em 31 de dezembro de 2011 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a expressão de uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2011 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014429/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Controlador CRC 1SP212059/O-0

Zeniko Nakassato
Controlador CRC 1SP160769/O-0



Teixeira pede licença da CBF por motivo de saúde

Presidente da CBF se afasta do cargo por 30 dias e será substituído por José Maria Marin, que foi informado ontem.

Alegando problemas de saúde, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira se licenciou, e indicou para substituí-lo José Maria Marin.

Vice mais velho da CBF, Marin havia sido convocado pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e estava no Rio desde quarta-feira. Ele foi informado ontem que vai assumir, internamente, a CBF. De acordo com Marin, Teixeira enviou comunicado aos presidentes de federações estaduais informando sua decisão.

Seu "padrinho", o presidente da FPF, Marco Polo Del Nero, não o acompanhou, segundo sua assessoria.

A informação foi confirmada na tarde de ontem pelo presidente da Federação Gaúcha de Futebol, Francisco Noveletto - e também pelo presidente da Federação Goiana, André Luiz Pitta Pires. Segundo ele, Teixeira pediu licença do cargo por 30 dias.

Problemas de saúde - Em crise não só dentro de campo, com a seleção brasileira eliminada das últimas Copa do Mundo e Copa América logo nas quartas de final, como também, e principalmente, fora dele - em meio a novas denúncias de corrupção - o dirigente já vinha dando sinais de que poderia sair.

Em 1989, o empresário mineiro Ricardo Teixeira foi eleito o 18º presidente da CBF, cargo que exerceu até a tarde de ontem. Teixeira - genro de João Havelange, que estava comandando a Fifa - demitiu, no início

do mês, o tio, Marco Antônio Teixeira, da secretaria-geral da entidade, falida em 2001, será avaliado pela Corte Federal da Suíça e tem documentos considerados comprometedores para Teixeira.

O processo, que tramita desde 2008, reúne os nomes de dirigentes que, supostamente, receberam propina em negociação pelos direitos de transmissão de Copas do Mundo.

Pressionado, Teixeira perdeu força para virar o sucessor de Joseph Blatter na presidência da Fifa após a Copa de 2014, no Brasil.
Em 2000, ele chegou a enfrentar duas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) no Congresso Nacional, mas o título da seleção no Mundial de 2002, segundo ele próprio, serviu para revigorá-lo e mantê-lo à frente da CBF.

Seu mandato iria até 2015, graças a uma manobra no estatuto da confederação. Em 2008, ele conseguiu convencer os presidentes das federações estaduais a estender a gestão, de quatro para sete anos, para "não interferir" nos preparativos do País na Copa-2014.

Sem ele, o estatuto da CBF diz que assumirá o vice-presidente mais idoso. Ao todo, eles

são cinco, um para cada região do País, e esse status ficaria com José Maria Marin, 79.

Representante do Sudeste e ex-governador de São Paulo, o dirigente foi flagrado, recentemente, por câmeras de televisão. Ele colocava, no próprio bolso, uma das medalhas da premiação do título da Copa São Paulo de juniores conquistado no último dia 25 pelo Corinthians.

Afastamento - "Foram 23 anos e 2 meses", destacou ontem o ESPN.com.br. "O mandato mais longo de um presidente na história da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF. Uma era que pode ter chegado ao fim nesta quinta-feira, 8 de março de 2012. Ricardo Terra Teixeira pediu afastamento do cargo por licença médica".

A informação foi confirmada ao ESPN.com.br pelo presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo del Nero. "A notícia da licença é natural. Já se tinha falado sobre isso muitas vezes. Não é nada de anormal. Não estipularam pra mim o tempo de ausência".

Segundo o estatuto da CBF, o prazo máximo para o afastamento do presidente é de 60 dias. Del Nero confirmou, também, que José Maria Marin assumirá o cargo. E, nas palavras do mandatário da FPF, pouca coisa deve mudar no comando da entidade máxima do futebol brasileiro.

"Se ele é presidente, ele tem autonomia, de acordo com programação do presidente anterior. Ele vai seguir a mes-

A notícia da licença é natural. Já se tinha falado sobre isso muitas vezes.

Marco Polo del Nero, presidente da Federação Paulista de Futebol.

Ueslei Marcelino/Reuters - 31.10.11



Teixeira: gestão de conquistas nos gramados e denúncias fora deles.

ma linha do presidente anterior, até por lealdade", afirmou Del Nero ao ESPN.com.br.

23 anos no poder - O presidente da mais importante organização esportiva do País trocará a sede da Barra da Tijuca pela nova residência da família em Miami, onde pretende dedicar mais tempo à mulher, Ana Carolina Wingand, e à filha Antônia.

Os rumores sobre sua saída do cargo, que exerceu com mão de ferro, começaram em fevereiro. A medida em que novas informações surgiram, a saída parecia mais próxima. Até que, ontem, finalmente, a notícia se tornou oficial.

A gestão de Ricardo Teixeira foi marcada pela oposição entre conquistas dentro dos gramados e denúncias fora dele. Nas últimas duas décadas, a seleção brasileira conquistou duas Copas, o País ganhou o direito de sediar um Mundial, e a CBF tornou-se uma instituição rentabilíssima, de contratos multimilionários. E Teixeira viveu envolvido em polêmicas e denúncias.

Depois de sobreviver a duas CPIs, conseguiu se reeleger em 2003 e em 2007. Com a escolha do Brasil para sede do Mundial de 2014, seu mandato foi ampliado, mas Teixeira decidiu sair antes. (Agências)

Sergio Lima/Folhapress



Presidente Dilma reuniu-se com representantes do Comitê Olímpico Internacional

Governo perdoa Valcke

Aceitas as desculpas do secretário da Fifa, encontro reunirá Dilma e Blatter.

O governo federal aceitou as desculpas do secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, que sugeriu na semana passada um "chute no tapete" do Brasil para acelerar os preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Ficou ainda de ser agendada uma reunião entre o presidente da entidade, Joseph Blatter, e a presidente Dilma Rousseff.

Ontem, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, enviou uma carta a Valcke e outra a Blatter tratando deste tema. O

"perdão" foi concedido depois que Valcke se retratou. Ele culpou a tradução de uma frase em francês para o português, mas a entrevista que iniciou a polêmica foi em inglês. Aldo chegou a pedir à Fifa a troca do interlocutor nas negociações, mas recuou diante do pedido de desculpas do dirigente.

Em resposta de apenas duas linhas, Aldo comunicou sua decisão: "Em atenção à sua correspondência do dia 5 de março de 2012, comunico a Vossa Senhoria, em nome do

governo brasileiro, que suas desculpas foram aceitas". Essa é a íntegra da carta a Valcke.

No documento enviado a Blatter, Aldo reafirma que o pedido de desculpas foi aceito, mas faz uma cobrança. "Reafirmo a posição do governo brasileiro de que episódios como este não podem mais se repetir, em prol da boa preparação da Copa do Mundo no Brasil".

Blatter propôs um encontro na semana que vem. Aldo disse que a data cabe ao cerimonial de Dilma. (AE)